

AMOSTRA



Prefeitura de Guarulhos (SP)

ISS GUARULHOS



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DO ISS GUARULHOS!

Seja muito bem - vindo!

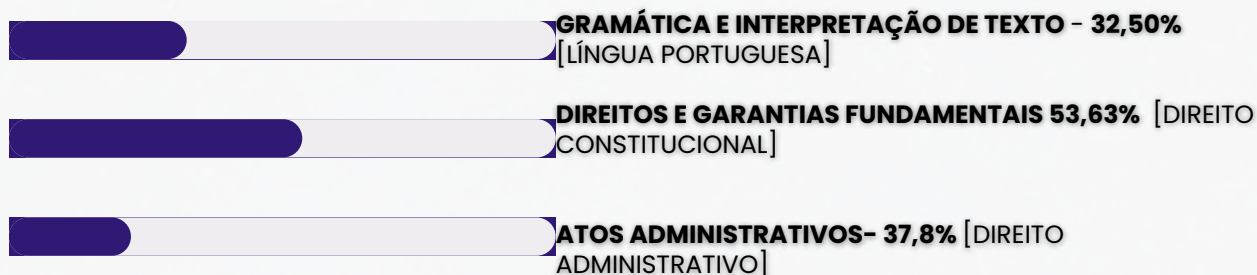
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

ENÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.



BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO

O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS.



BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL

SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.



BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS

ESTE CRONOGRAMA OFERECE UMA ESTRUTURA CLARA E PRÁTICA PARA OS 30 DIAS QUE ANTECEDEM SUA PROVA, PERMITINDO UMA ABORDAGEM ORGANIZADA E EFICIENTE DO ESTUDO. AO DIVIDIR O CONTEÚDO EM PARTES MANEJÁVEIS E DISTRIBUIR AS ATIVIDADES AO LONGO DO PERÍODO, VOCÊ PODERÁ FOCAR EM CADA TÓPICO COM MAIS PROFUNDIDADE E EVITAR A SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

[clique aqui para saber mais!](#)

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

“

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSEH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

”

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:



contato@memorizaai.com.br

ou



clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico e Matemática Financeira
- Tecnologia da Informação, Análise de Dados e LGPD
- Direito Administrativo
- Direito Constitucional
- Direito Tributário
- Direito Empresarial
- Direito Penal
- Direito Civil
- Legislação Tributária Municipal
- Tributos Municipais
- Reforma Tributária
- Contabilidade Fiscal
- Auditoria Fiscal
- Processo Administrativo Tributário e Estrutura Administrativa Tributária Municipal

VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA PONTUAÇÃO NESSA RETA FINAL!

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

AUDITOR FISCAL VI

memoriza.ai

DICA

PLURAL DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS

O plural dos substantivos compostos é feito mediante duas situações. Uma delas se refere à forma como ele é escrito.

Se o substantivo composto for **escrito sem hífen**, o plural é feito tal como os **substantivos simples**, muitas vezes acrescentando o **"s" no final**.

- **Exemplos:** claraboia(s), ferrovia(s), passatempo(s).

A outra situação que deve ser observada é como o **substantivo que escrito com hífen é formado** (por **verbo + substantivo**, por palavras unidas por **preposição**, por **palavras repetidas**, entre outros).

Nesses casos, algumas **regras** devem ser **observadas**.

REGRAS DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS COM HÍFEN

1 SUBSTANTIVO + SUBSTANTIVO QUE ESPECIFICA O PRIMEIRO

Apenas o **primeiro elemento** passa para o plural ou os **dois elementos** passam para o plural. Exemplos:

- caneta-tinteiro (canetas-tinteiro ou canetas-tinteiros)
- salário-família (salários-família ou salários-famílias)
- banana-prata (bananas-prata ou bananas-pratas)

2 PALAVRAS UNIDAS POR PREPOSIÇÃO

Apenas o **primeiro elemento** passa para o plural. Exemplos:

- estrela-do-mar (estrelas-do-mar)
- mula-sem-cabeça (mulas-sem-cabeça)
- peroba-do-campo (perobas-do-campo)

3 VERBO OU ADVÉRBIO + SUBSTANTIVO OU ADJETIVO

Apenas o **segundo elemento** passa para o plural. Exemplos:

- abaixo-assinado (abaixo-assinados)
- beija-flor (beija-flores)
- sempre-viva (sempre-vivas)

4 PALAVRAS REPETIDAS OU ONOMATOPEIAS

Apenas o **segundo elemento** passa para o plural. Exemplos:

- pingue-pongue (pingue-pongues)
- teco-teco (teco-tecos)
- tique-taque (tique-taques)

5 PALAVRA VARIÁVEL + PALAVRA VARIÁVEL

Os **dois elementos** passam para o plural. Lembrando que são **palavras variáveis substantivos, verbos, adjetivos, pronomes, artigos e numerais**. Exemplos:

- cota-parte (cotas-partes)
- mão-boba (mãos-bobas)
- segunda-feira (segundas-feiras)





DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL IV



MESÓCLISE

A **mesóclise** acontece quando o **pronome oblíquo** aparece **no meio do verbo**, **entrecortando a palavra**. O **pronome liga-se ao verbo por meio do hífen**. A mesóclise pode ocorrer se **duas condições acontecerem**:

- ✓ **Não** houver **justificativa para uso de próclise** (ou seja, não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo); e
- ✓ O **verbo estiver conjugado no tempo futuro do modo indicativo** (seja futuro do presente, seja futuro do pretérito).

Observe:

Informar-lhe-ei assim que possível.

Nesse caso, a forma verbal "**informarei**" está cortada ao meio pelo pronome "**lhe**", sendo um **exemplo de mesóclise**. Isso ocorreu pois **não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo e porque a conjugação está no tempo futuro do presente do modo indicativo**.

→ EXEMPLOS DE MESÓCLISE

- **Consultar-lhe-ei** sobre esse assunto amanhã.
- **Dir-lhe-iam** as novidades se fosse possível.
- **Revelar-nos-ia** os segredos se pudesse.

A mesóclise praticamente **não existe** na linguagem oral e na linguagem escrita informal.

PORTANTO, SE HOUVER FATORES QUE EXIGEM TANTO A PRÓCLISE QUANTO A MESÓCLISE NA MESMA FRASE, A PRÓCLISE PREVALECERÁ.

→ Mesóclise em locuções verbais

O pronome tende a aparecer entrecortando o primeiro verbo (verbo auxiliar).

Verbo auxiliar + **pronome oblíquo** + verbo auxiliar + verbo principal

Ter-nos-iam informado sobre o resultado muito tempo antes, mas não foi possível.



DICA

TRANSITIVIDADE VERBAL

A transitividade verbal indica a **relação que o verbo estabelece com seus complementos**. Quando o verbo não possui sentido completo sozinho, ele precisa de um termo que complete sua ideia, chamado **complemento verbal**.

Exemplos:

- *Entregaram a encomenda.*
- *Vendo quadros.*
- *Segure isto, por favor!*

De acordo com o tipo de complemento, os verbos são classificados da seguinte forma:

VERBO TRANSITIVO DIRETO (VTD)



Verbo que **não tem sentido completo** e **precisa de um complemento**, geralmente introduzido **sem preposição**, que **conclua o quê ou quem**. Esse complemento é chamado de **objeto direto**.

Exemplos:

- A mesa 3 **pediu** a carne bem passada. (*Pediu o quê? A carne.*)
- **Terminei** a análise. (*Terminei o quê? A análise.*)
- Agora sim, **entendo** meus pais. (*Entende quem? Meus pais.*)

VERBO TRANSITIVO INDIRETO (VTI)



Verbo que **não tem sentido completo** e precisa de um complemento que conclua **de quê, em quê, para quem**. Acompanhado de **preposição obrigatória**, o complemento desse tipo de verbo é chamado de **objeto indireto**.

Exemplos:

- **Duvido** da sua honestidade. (*Duvido de quê? Da sua honestidade.*)
- Não **acredito** no que ele diz. (*Não acredito em quê? No que ele diz.*)
- **Esperei**-lhe pacientemente. (*Esperei por quem? Por ele/ela.*)

VERBO TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO (VTDI)



Também chamado de **bitransitivo**, é o verbo que **não tem sentido completo** e que precisa de **objeto direto e indireto**.



Assim, o verbo **transitivo direto e indireto** precisa de **dois complementos**, um dos quais **sem preposição obrigatória** (objeto direto) e outro que **exige preposição (objeto indireto)**.

- O objeto direto e indireto completa o verbo com a informação sobre **o quê a quem**.

Exemplos:

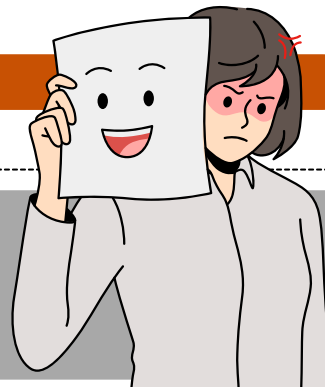
- **Enviei** os postais aos clientes. (*Enviei o quê a quem? Os postais aos clientes.*)
- **Agradeceu** a oportunidade ao chefe. (*Agradeceu o quê a quem? A oportunidade ao chefe.*)
- **Expus** minhas dificuldades ao professor. (*Expus o quê a quem? Minhas dificuldades ao professor.*)



DICA

CONCORDÂNCIA VERBAL V

CONCORDÂNCIA COM
SUJEITO INDETERMINADO



Em frases com sujeito indeterminado, o verbo **pode ficar na 3ª pessoa do plural**, quando **não se identifica quem pratica a ação**.

Exemplo: "Pediram-me que a procurasse."

- Não se sabe quem pediu, por isso o sujeito é indeterminado e o verbo fica no plural.



Quando a **indeterminação do sujeito** é indicada pelo **pronome se**, o verbo fica na **3ª pessoa do singular**.

Exemplo: "Ainda se vivia num mundo de incertezas."

- Nesse caso, o pronome se indetermina o sujeito, e o verbo permanece no singular.



Essa é uma regra importante da concordância verbal em português, e **é aplicada sempre que o sujeito da frase não é definido ou não é importante mencioná-lo** na comunicação.

QUIZ

Qual das alternativas apresentadas justifica a concordância do verbo em destaque no trecho abaixo?

"Muito se discute sobre a relação da nossa galera com o trabalho, o comportamento nas redes sociais e a visão de futuro."

Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/identidade/alguem-ja-te-perguntou-como-e-ser-jovem-em-um-mundo-em-colapso/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

- A) Sujeito inexistente (verbo impessoal).
- B) Sujeito indeterminado.
- C) Sujeito simples de núcleo singular.
- D) Sujeito oculto.

No trecho "Muito se discute sobre a relação...", o verbo em destaque é "**discute**". A estrutura "se discute sobre..." indica **sujeito indeterminado**, porque não se informa quem discute. O pronome "**se**" funciona como **índice de indeterminação do sujeito**, e, nesse caso, o **verbo fica na 3ª pessoa do singular**.

- Não é sujeito inexistente, porque **não se trata de verbo impessoal**.
- Também não é sujeito simples, pois "**sobre a relação...**" vem com **preposição** e **não pode ser sujeito da oração**.
- E não é sujeito oculto, porque **não há um sujeito identificável pelo contexto**.

DICA

CONTRADIÇÃO

Uma contradição é o oposto de uma tautologia na lógica proposicional.

Uma contradição é **uma proposição composta que é sempre falsa, independentemente dos valores de verdade das proposições simples que a compõem**. Em outras palavras, não importa quais valores de verdade você atribua às proposições individuais, **a proposição composta será sempre falsa (F)**.



COMO FAÇO PARA RECONHECER UMA CONTRADIÇÃO?

Basta construir a tabela-verdade da proposição composta para verificar se ela é uma contradição. Se **em todas as linhas da tabela-verdade a proposição composta resultar em Falso (F)**, então você tem uma contradição.

Por exemplo, **a proposição composta " $A \wedge \neg A$ "** (onde $\wedge$ representa a conjunção e $\neg$ a negação) é uma contradição, pois sua tabela-verdade mostra que o resultado é sempre Falso:

EXEMPLO DE TABELA-VERDADE COM UMA CONTRADIÇÃO

A	$\neg A$	$A \wedge \neg A$
V	F	F
F	V	F

Em ambas as linhas, o valor resultante de " $A \wedge \neg A$ " é Falso. Portanto, " $A \wedge \neg A$ " é uma **contradição**.

DICA

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO II



ARGUMENTOS

O QUE É UM ARGUMENTO DO PONTO DE VISTA DA LÓGICA FORMAL?

Em termos simples, um argumento lógico consiste em um conjunto de proposições iniciais chamadas de premissas ou hipóteses, que são consideradas verdadeiras ou aceitas como verdadeiras, e uma proposição final chamada de conclusão ou tese. O objetivo de um argumento lógico é mostrar que, com base nessas premissas, a conclusão também deve ser considerada verdadeira.

TIPOS MAIS COMUNS DE ARGUMENTOS:

Argumento Indutivo:

Aqui, a conclusão é uma inferência provável com base nas premissas. A conclusão não é necessariamente verdadeira, mas é plausível. Exemplos incluem o raciocínio indutivo e a generalização.

Exemplo de raciocínio indutivo:

Premissa 1: Todas as amostras de água testadas até agora estavam livres de contaminação.

Conclusão: Portanto, é provável que esta amostra de água também esteja livre de contaminação.

Argumento Dedutivo:

Nesse tipo de argumento, a conclusão é uma inferência necessária das premissas. Se as premissas são verdadeiras, então a conclusão deve ser verdadeira.

Exemplos incluem o modus ponens e o modus tollens.

- Exemplo de modus ponens:
- Premissa 1: Se chover, a rua ficará molhada.
- Premissa 2: Está chovendo.
- Conclusão: Portanto, a rua está molhada.

DICA

DIAGRAMAS LÓGICOS VI



INTERSECÇÃO

A interseção de conjuntos é associada à palavra "E" e representa a operação que permite identificar os elementos comuns a todos os conjuntos envolvidos.

CARACTERÍSTICAS IMPORTANTES DA INTERSECÇÃO:



✓ A interseção de dois conjuntos A e B é formada **apenas pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e a B.**



✓ Matematicamente, um elemento **x pertence à interseção $A \cap B$** se, e somente se, **$x \in A$ e $x \in B$.**



✓ A interseção pode ser aplicada a dois ou mais conjuntos.

Exemplo:

$A \cap B \cap C$ → elementos comuns aos três conjuntos.



✓ Quando dois conjuntos **não possuem elementos em comum**, diz-se que são **conjuntos disjuntos**, e sua **interseção é o conjunto vazio ($\emptyset$)**.

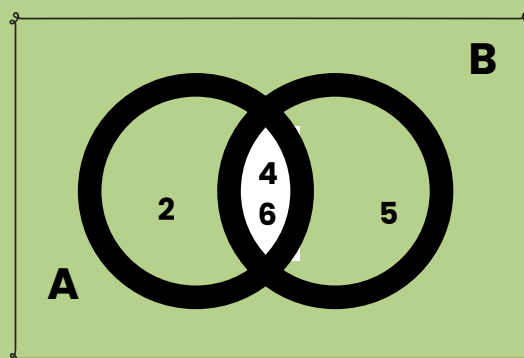
Considere os conjuntos abaixo:

- Conjunto A: formado pelos possíveis resultados pares do lançamento de um dado → **$A = \{2, 4, 6\}$**
- Conjunto B: formado pelos números maiores que 3 no lançamento de um dado → **$B = \{4, 5, 6\}$**

🔍 Análise da interseção:

Os números 4 e 6 pertencem aos dois conjuntos, pois são pares e maiores que 3.

✓ **Portanto:**
 $A \cap B = \{4, 6\}$



DICA

MATEMÁTICA FINANCEIRA

JUROS SIMPLES

No cálculo de juros simples, a **porcentagem do juro é calculada sempre sobre o valor principal emprestado (ou investido) durante um determinado período de tempo.**



Os juros simples são chamados "simples" **porque a porcentagem de juros é aplicada apenas ao valor principal**, e essa porcentagem permanece constante ao longo do tempo.

A FÓRMULA PARA CALCULAR JUROS SIMPLES É:

$$J = C \cdot i \cdot t$$

Diagram illustrating the formula components:

- J**: JUROS A SEREM PAGOS (Juros to be paid)
- C**: CAPITAL INICIAL (Initial Capital)
- i**: TAXA DE JUROS (Interest Rate)
- t**: TEMPO (Time)

Onde:

- **J** é o montante dos juros.
- **C** é o valor principal (ou o valor inicial emprestado ou investido).
- **i** é a taxa de juros por período, geralmente expressa como uma fração ou decimal.
- **t** é o tempo em que o dinheiro é emprestado ou investido, geralmente em anos.

EXEMPLO DE JUROS SIMPLES:

Suponha que você empreste R\$ 1.000 a uma taxa de juros simples de 5% ao ano durante 3 anos. O cálculo dos juros simples pode ser feito da seguinte forma:

$$J = C \times i \times t$$

Onde:

- **C** é o valor principal (R\$ 1.000).
- **i** é a taxa de juros por período (5% ou 0,05).
- **t** é o tempo em anos (3 anos).

Substituindo os valores na fórmula:

$$J = 1.000 \cdot 0,05 \cdot 3$$

$$J = 150$$

Portanto, os juros simples neste caso seriam de **R\$ 150.**

Para encontrar o **montante total ao final dos 3 anos**, somamos os juros ao principal:

$$M = C + J$$

$$M = 1.000 + 150$$

$$M = 1.150$$

Então, o montante total ao final de 3 anos será de **R\$ 1.150.**

DICA

MATEMÁTICA FINANCEIRA

DESCONTO SIMPLES
RACIONAL OU POR
DENTRO



O desconto racional leva em conta a **redução no valor atual do título**. É uma abordagem mais realista, considerando a perda do valor presente.



É CALCULADO USANDO A FÓRMULA:

$$Dr = A \cdot i \cdot t \quad A = N / (1 + i \cdot t)$$

Onde:

- **Dr** = desconto racional
- **N** = valor nominal
- **i** = taxa
- **t** = tempo
- **A** = valor atual

EXEMPLO DESCONTO SIMPLES RACIONAL OU POR DENTRO

Um título de valor nominal R\$800 é descontado racionalmente a uma taxa de 5% ao mês por um período de 2 meses. Qual é o valor do desconto (Dr) e o valor atual (A) do título?

Resolução:

- **Valor nominal (N)** = R\$800
- **Taxa (i)** = 5% ao mês = 0,05
- **Tempo (t)** = 2 meses

Fórmula do desconto racional: $Dr = A \cdot i \cdot t$

$$Dr = 727,27 \cdot 0,05 \cdot 2$$

$$Dr \approx \text{R\$}72,73$$

Fórmula do valor atual: $A = \frac{N}{1 + i \cdot t}$

$$\frac{800}{1 + 0,05 \cdot 2} \quad \frac{800}{1 + 0,10} \quad \frac{800}{1,10}$$

$$A \approx 727,27$$

- O valor do desconto é aproximadamente R\$72,73 e o valor atual do título é aproximadamente R\$727,27.



DICA

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a

irretroatividade das leis.

LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, **desde que beneficiem os indivíduos**, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

definição dos conceitos

O **direito adquirido**: aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.



exemplo:
se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Após cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.

LEI
não
PREJUDICARÁ

O **ato jurídico perfeito**: aquele que reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.



exemplo:

Utilize-se como exemplo um contrato celebrado hoje, sob a influência de uma lei X.



A **coisa julgada**: aquela decisão judicial da qual não há mais recurso.



DICA

APLICABILIDADE CONSTITUCIONAL III

APLICABILIDADE DAS
NORMAS CONSTITUCIONAIS

normas de eficácia limitada

sua aplicabilidade é **indireta, mediata e reduzida**.



Por fim, as **normas constitucionais de eficácia limitada** referem-se àquelas que necessitam de regulamentação infraconstitucional para produção de seus efeitos.



Ou seja, o **texto constitucional** mostra-se incapaz de, isoladamente, produzir todas as consequências necessárias à concretização do direito.

características

NÃO-AUTOAPLICAVEIS

A não-autoaplicabilidade se refere à **necessidade de suplementação legislativa** para que os efeitos do texto constitucional se manifestem plenamente.

APLICABILIDADE INDIRETA, MEDIATA E REDUZIDA

No que diz respeito à **aplicabilidade indireta**, isso envolve a **necessidade de uma lei regulamentadora** para dar eficácia aos efeitos pretendidos pelo texto constitucional.

A **aplicabilidade mediata**, por sua vez, ocorre quando o **texto constitucional**, por si só, **não é suficiente para produzir os efeitos desejados pelo legislador**.

Por fim, no contexto da **aplicabilidade reduzida**, é importante ressaltar que essas normas **possuem um grau limitado de eficácia** logo após a promulgação da Constituição de 1988.



mnemônico

PINGA COM LIMÃO

EFICÁCIA PLENA
EFICÁCIA CONTIDA
EFICÁCIA LIMITADA





DICA

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.

4

Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.

mnemônico
PATI

Presunção de Legitimidade
Autoexecutoriedade
Tipicidade
Imperatividade



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

DICA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO I

A responsabilidade civil do Estado refere-se à **obrigação legal que o Estado tem de reparar os danos causados a terceiros em virtude das ações ou omissões de seus agentes, serviços públicos ou políticas públicas.**

Em outras palavras, quando o Estado, por meio de seus funcionários, serviços ou decisões, causa prejuízo a indivíduos ou entidades, ele pode ser responsabilizado e obrigado a indenizar as vítimas pelos danos sofridos.

Todas as pessoas **de direito público respondem objetivamente** pela ação de seus agentes (conduta comissiva).

Existem **dois principais tipos de responsabilidade civil** do Estado, vamos conhecer?

RESPONSABILIDADE OBJETIVA (OU TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO)

Nesse tipo de responsabilidade, **o Estado é considerado responsável pelos danos causados, independentemente de haver culpa por parte dos agentes públicos.** Basta que **seja demonstrada a relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do Estado e o dano sofrido pela vítima.** O fundamento para essa responsabilidade é o risco inerente às atividades estatais, uma vez que o Estado detém o monopólio do uso da força e exerce diversas funções em benefício da sociedade.

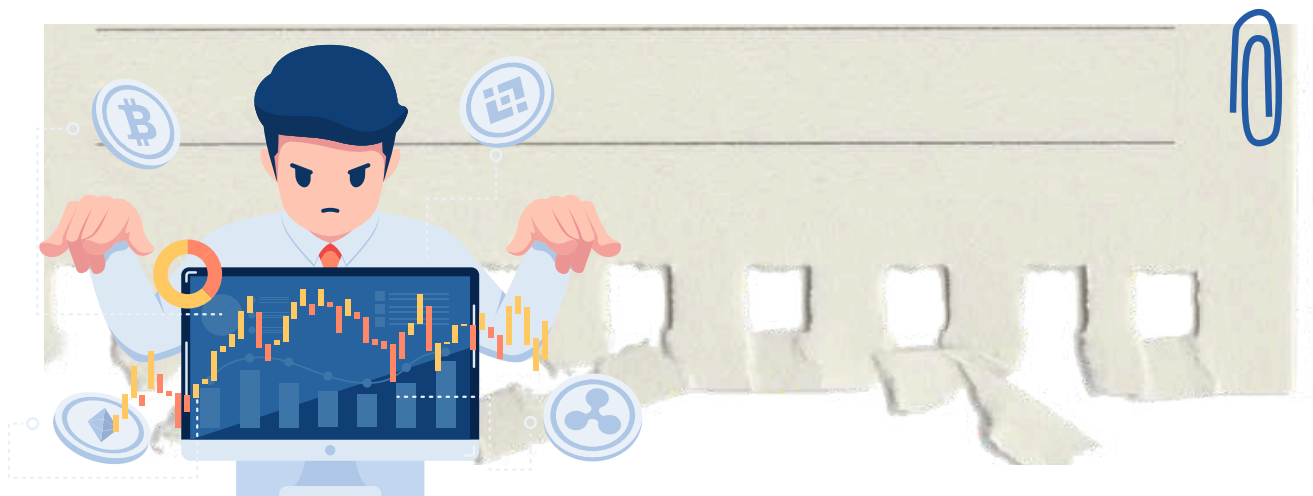
RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (OU TEORIA DA CULPA)

Nesse tipo de responsabilidade, **a vítima precisa provar não apenas a relação de causa e efeito entre o dano e a ação do Estado, mas também a existência de culpa ou dolo por parte dos agentes públicos.** Ou seja, é necessário demonstrar que houve negligência, imprudência ou imperícia por parte do Estado ou de seus agentes para que a responsabilidade seja configurada.



DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observarão, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

Controle poderá ser interno, externo e popular.

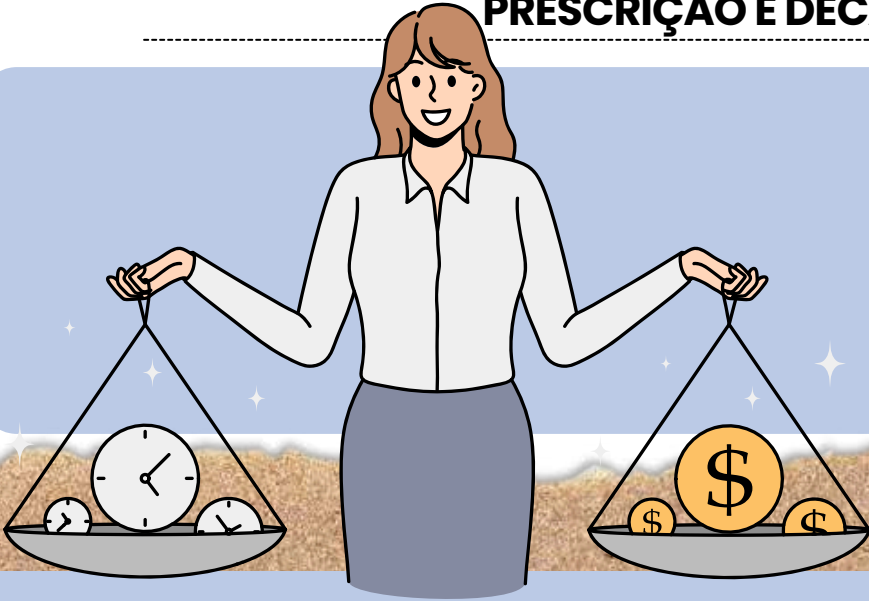
AMPLITUDE

Controle poderá ser hierárquico e finalístico.

DICA

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA I

PRESCRIÇÃO I



A prescrição é reconhecida como a **perda do direito** de **buscar reparação** por um **dano causado**, devido à inatividade do titular desse direito durante o **prazo** estabelecido pela legislação

OS PRAZOS PRESCRICIONAIS SÃO DETERMINADOS POR LEI E NÃO PODEM SER ALTERADOS PELA VONTADE DAS PARTES ENVOLVIDAS, CONFORME PRECONIZA O ARTIGO 192 DO CÓDIGO CIVIL.

A prescrição, uma vez iniciada contra uma pessoa, **continua** a **transcorrer** mesmo após sua **morte**, em prejuízo de seus herdeiros ou sucessores, conforme estipulado no artigo 196 do Código Civil.



A prescrição implica na **perda da capacidade** de **exercer** uma **pretensão**, porém **não extingue o direito em si**.

- Nesse sentido, uma **dívida prescrita** permanece como uma **obrigação válida**, porém o **credor não tem mais o direito de exigir seu pagamento**, uma vez que a pretensão foi afetada pela prescrição.
- É importante ressaltar que a **prescrição** se aplica especificamente a **direitos subjetivos no sentido estrito**, onde há uma relação de **titularidade** entre uma **pessoa** e um **bem jurídico**.



Conforme previsto nos artigos 205 e 206 do Código Civil, a **prescrição** ocorre em **diferentes prazos**, dependendo das **circunstâncias**, vejamos:

PRAZOS
PRESCRICIONAIS

PREVISÃO - ARTS. 205 E
206, CC (EXCEÇÃO:
ART. 1.003, CC)

ART. 205 - PRAZO
COMUM

10 ANOS

ART. 206 - PRAZOS
ESPECIFICOS

DE 1 A 5 ANOS

DICA
CONTRATOS III

CONTRATOS

VÍCIOS REDIBITÓRIOS E EVICÇÃO I



Art. 441, CC.

A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. Aplicando-se também às doações onerosas.

O que isso **significa**?



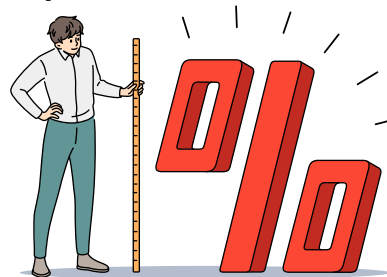
- **Vícios Ocultos:** São **defeitos** que **não** são **aparentes** e que o adquirente não poderia descobrir facilmente no momento da aquisição. Esses defeitos tornam a coisa imprópria para o uso ao qual se destina ou diminuem significativamente seu valor.
- **Contrato Comutativo:** É um contrato em que ambas as partes têm **obrigações equivalentes**, como uma compra e venda.
- **Doações Onerosas:** **Doações** que **impõem encargos** ao **donatário**.

MESMO NESSES CASOS, A REGRA DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS SE APLICA.

CONSEQUÊNCIAS:

Se uma coisa adquirida apresenta **vícios redibitórios**, o **adquirente** tem o **direito** de:

1. **Redibir a coisa:** **Devolver** a coisa e **receber** o **reembolso** do valor pago.
2. **Abater o preço:** **Ficar** com a coisa e **pedir** um **desconto proporcional** no preço.



EX. SE ALGUÉM COMPRA UM CARRO E, APÓS ALGUM TEMPO, DESCOBRE QUE O MOTOR TEM UM DEFEITO QUE NÃO FOI INFORMADO E QUE IMPEDE SEU USO ADEQUADO, ESSA PESSOA PODE RECLAMAR PELOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS.

Além dos prazos específicos para a reclamação de vícios redibitórios, há também o **prazo da garantia legal**, que é o tempo em que o **vendedor** é **responsável** por **defeitos ocultos**.

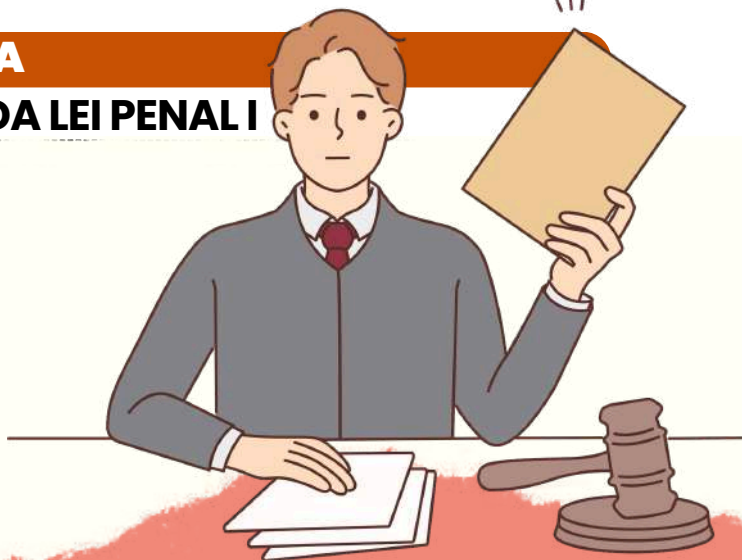
ESSE PRAZO É DE **30 DIAS PARA PRODUTOS NÃO DURÁVEIS** E **90 DIAS PARA PRODUTOS DURÁVEIS**.



DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I

LEI PENAL NO TEMPO



ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal**, que se aplica imediatamente quando alterada, a nova legislação penal que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.



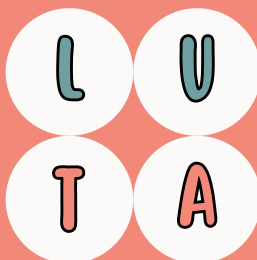
Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: **a lei penal não retroagirá, exceto para favorecer o réu.**



TEMPO DO CRIME

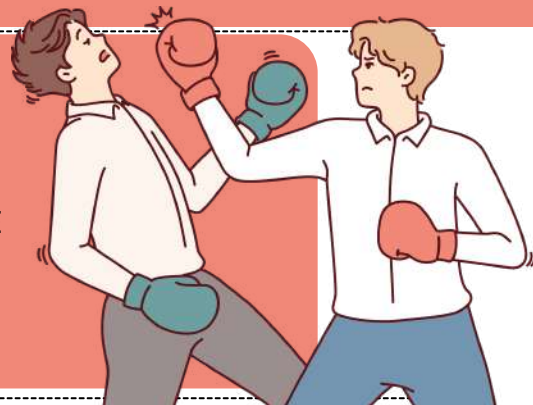
APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão.**
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.



MNEMÔNICO

LUGAR = UBIQUIDADE
TEMPO = ATIVIDADE



DICA

TEORIA GERAL DO DELITO XI

TIPO PENAL DOLOSO

ENTENDENDO O DOLO NO DIREITO PENAL

O dolo é um **elemento subjetivo do tipo**, ou seja, a **intenção de realizar o crime**. Existem duas formas de dolo:

dolo direto

dolo indireto



DOLO DIRETO:

- **Dolo Direto** - quando o agente **deseja cometer a conduta e produzir o resultado**, como por exemplo, um criminoso assalta um indivíduo à mão armada. Sua intenção era realmente levar os pertences da vítima, e suas ações são realizadas para isso.

DOLO INDIRETO OU EVENTUAL:

- **Dolo Eventual / dolo indireto** - onde o **agente não tem a intenção de produzir o resultado, mas assume o risco de causá-lo**. Por exemplo, ao dirigir embriagado o motorista prevê a possibilidade de atropelar alguém, e mesmo sem querer que isto ocorresse, assume o risco.



DICA

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO V

LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR I



O artigo 150, inciso I, da Constituição Federal do Brasil, é fundamental para a **proteção** dos **contribuintes** contra **cobranças tributárias arbitrárias**. Esse dispositivo estabelece o princípio da legalidade tributária, que exige que **qualquer tributo só possa ser instituído ou aumentado por meio de lei**.

Este inciso consagra o princípio da **legalidade tributária**, que é um dos pilares do direito tributário. De acordo com esse princípio:

TRIBUTOS SÓ POR LEI: NENHUM TRIBUTO PODE SER EXIGIDO OU AUMENTADO SEM QUE HAJA UMA **LEI** QUE O **INSTITUA** OU O **MODIFIQUE**. ISSO SIGNIFICA QUE A **CRIAÇÃO, MAJORAÇÃO, REDUÇÃO** OU **EXTINÇÃO** DE TRIBUTOS DEVE SER FEITA POR MEIO DE **LEI FORMAL**, APROVADA PELO PODER LEGISLATIVO.

LEI ORDINÁRIA OU LEI COMPLEMENTAR: A **INSTITUIÇÃO** E A **ALTERAÇÃO** DE TRIBUTOS PODEM SER FEITAS POR **LEI ORDINÁRIA** OU **LEI COMPLEMENTAR**, DEPENDENDO DO TIPO DE TRIBUTO E DAS ESPECIFICIDADES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.



EXCEÇÕES E ESPECIFICIDADES

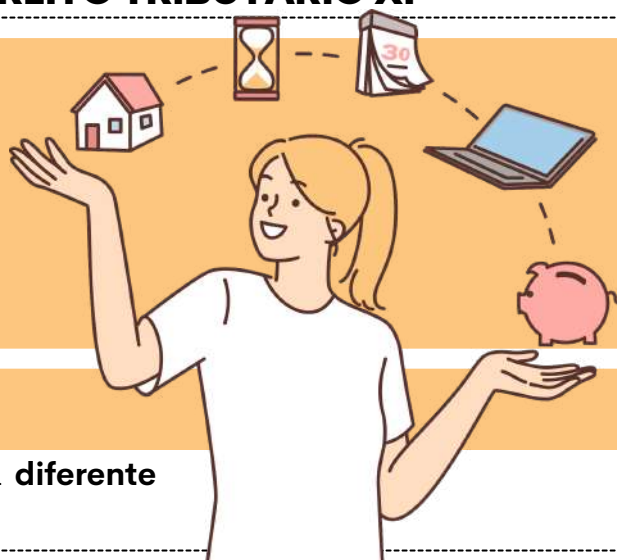
- **Medida Provisória:** A Constituição permite que o Presidente da República edite Medidas Provisórias (MPs) com força de lei em casos de **urgência** e **relevância**.
- No entanto, há **restrições** sobre o uso de MPs no campo tributário:
- **Limitações da MP:** Uma Medida Provisória **não pode legislar** sobre matérias que exigem **Lei Complementar**, conforme o art. 62, § 1º, III da Constituição Federal. A Lei Complementar é uma espécie legislativa que possui um processo de aprovação mais rigoroso e é utilizada para regulamentar matérias de maior complexidade e relevância, como normas gerais de direito tributário.

Exemplo Prático: Suponha que o Governo Federal deseja criar um novo imposto sobre transações financeiras. Para que esse imposto seja válido, ele precisa ser instituído por meio de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional. O Governo não pode simplesmente criar ou aumentar esse imposto por meio de um decreto ou qualquer outro ato administrativo. Além disso, se a matéria exigir Lei Complementar, o governo não pode utilizar uma Medida Provisória para essa finalidade.

DICA

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO XI

IMPOSTOS DA UNIÃO II



→ A União **não** pode criar um tributo que seja **diferente** para diferentes estados ou municípios.

E O ESTADO E OS MUNICÍPIOS?

Também é vedado que estados, o Distrito Federal e municípios criem **diferenças** na tributação de bens com base em sua origem ou destino.

Por exemplo, um estado não pode cobrar impostos diferentes sobre um bem só porque ele foi produzido em outro estado ou porque será enviado para outro lugar. Isso evita barreiras fiscais internas, promovendo a livre circulação de bens pelo território nacional e garantindo um mercado interno mais integrado e eficiente.

→ Somente a União, nos seguintes casos **excepcionais**, pode instituir empréstimos compulsórios:



CALAMIDADE PÚBLICA QUE NECESSITE DE AUXÍLIO FEDERAL QUE NÃO POSSA SER ATENDIDO COM OS RECURSOS DISPONÍVEIS.



GUERRA EXTERNA OU SUA IMINÊNCIA



SITUAÇÕES ECONÔMICAS QUE EXIJAM A ABSORÇÃO TEMPORÁRIA DE **PODER AQUISITIVO**.

mas, o que é empréstimo compulsório?

Empréstimos compulsórios são uma forma de **tributo temporário** e **excepcional**, onde o governo **obriga** os cidadãos e empresas a emprestarem dinheiro ao Estado. Essa medida é utilizada apenas em situações de extrema necessidade, como crises econômicas graves, guerras, ou calamidades públicas que requerem um auxílio financeiro urgente que não pode ser coberto pelos recursos orçamentários disponíveis.

DICA

EMPRESÁRIO E EMPRESA

EMPRESÁRIO: O QUE É E QUEM PODE EXERCER A ATIVIDADE EMPRESARIAL?

O empresário pode ser uma **pessoa natural (física)** ou **pessoa jurídica (uma empresa)** que exerce **atividade econômica** organizada. Ele atua profissionalmente para produzir ou circular bens e/ou serviços, com o objetivo de obter lucro.

Diferença entre Empresário Individual e Outros Tipos de Empresas

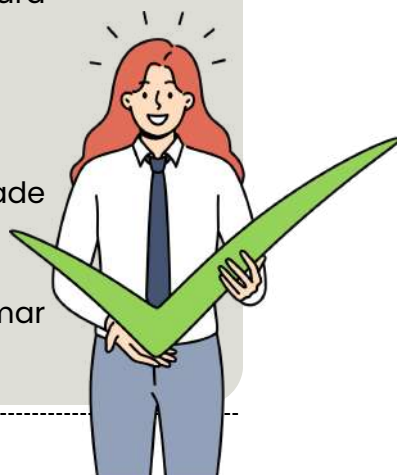
✓ **Sociedade Limitada Unipessoal (SLU):** Hoje é a melhor opção para quem quer empreender sozinho com **proteção patrimonial**.

- **Substituiu a EIRELI**
- Apenas **1 sócio** e **responsabilidade limitada**
- **✗ Sem exigência de capital mínimo**

✓ **Empresário Individual:** É uma pessoa natural que exerce a atividade empresarial em seu nome. **! Responsabilidade ILIMITADA**

- **Ou seja:** responde com seu **patrimônio pessoal**

✓ **Sociedades:** Quando **duas ou mais pessoas** se unem para formar uma empresa, cada uma tem sua **parte no capital social**.



INSCRIÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS

É **obrigatório** que o **empresário se inscreva no Registro Público de Empresas Mercantis** antes de iniciar as suas atividades. Isso garante que ele tenha legalidade para atuar e possa formalizar seus contratos e negócios.

Quem Está Impedido de Exercício de Empresa?

Existem situações legais em que uma pessoa **não pode exercer a atividade empresarial**. Vamos conferir quem são esses impedidos e os motivos:



MENORES DE 16 ANOS

Pessoas menores de 16 anos são **absolutamente incapazes** de exercer a atividade empresarial. Caso tentem, os seus atos serão nulos.

INCAPAZES (MENORES DE 18 ANOS E OUTROS)

- Menores de **18 anos** (mas maiores de 16)
- **Ébrios** habituais
- **Viciados** em substâncias tóxicas
- Pessoas com **doenças mentais transitórias** ou **permanentes**
- **Pródigos** (aqueles que gastam excessivamente)

Essas pessoas são **relativamente incapazes**, ou seja, precisam de assistência para validar seus atos empresariais. Caso atuem sem essa assistência, seus atos serão anuláveis.

Se a incapacidade surgir **depois do início da atividade empresarial** (por exemplo, se o empresário adoecer mentalmente), ele **não poderá mais exercer a atividade** sem o devido **apoio**. Caso contrário, seus **atos serão anuláveis**.



DICA

TIPOS SOCIETÁRIOS

SOCIEDADE LIMITADA (LTDA.)



O que é?

É o **tipo societário mais comum no Brasil!** Nela, a responsabilidade de cada sócio é **limitada ao valor de suas quotas**, o que protege o patrimônio pessoal dos sócios.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS:



✓ Possibilidade de **apenas um sócio**, conforme a Lei da Liberdade Econômica.



✓ Cada **sócio** responde pelo **capital social** somente até o **limite de suas quotas**



✓ Caso haja **má gestão ou irregularidades**, os sócios podem **responder solidariamente**.



✓ Constitui-se por **contrato social** (público ou particular), com **requisitos legais obrigatórios**.

💡 **ATENÇÃO!** CASO UM SÓCIO SAIA, A SOCIEDADE PODE CONTINUAR FUNCIONANDO COM **APENAS UM SÓCIO POR 180 DIAS**. APÓS ESSE PRAZO, PRECISA SER **DISSOLVIDA** OU **TRANSFORMADA**.

Decisões importantes são tomadas em **assembleias**, e os quóruns de votação são definidos pela lei e pelo contrato social.

DICA

DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS III

SANÇÕES NA LGPD



Conforme disposto no Artigo 52, a aplicação dessas sanções é **discricionária**, levando-se em consideração a **gravidade da infração**, e é realizada pela **agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**.

As **sanções previstas** são as seguintes:

- Advertência.
- Multa simples, que pode chegar a até **2% do faturamento da empresa**, limitada a R\$50.000.000,00 por infração.
- Multa diária, também **limitada** a R\$50.000.000,00.
- **Publicitação** da infração.
- **Bloqueio** dos **dados pessoais**.
- **Eliminação** dos dados pessoais.

X - **Suspensão parcial** do funcionamento do banco de dados por 6 meses.

XI - **Suspensão do tratamento de dados pessoais** por 6 meses.

XII - **Proibição parcial ou total** de efetuar tratamento dos dados.

AS SANÇÕES SERÃO IMPOSTAS APÓS UM **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** QUE PERMITA A OPORTUNIDADE DE AMPLA DEFESA, DE MANEIRA GRADUAL, ISOLADA OU CUMULATIVAMENTE.



§ 6º As sanções previstas nos incisos X, XI e XII do caput deste artigo serão aplicadas:

- I. Somente após ao menos uma das sanções mencionadas nos incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo ter sido **imposta** para o **mesmo caso concreto**;
- II. Em caso de **controladores submetidos a outros órgãos e entidades com competências sancionatórias**, sendo necessária a audição desses órgãos.

§ 7º Os vazamentos individuais ou acessos **não autorizados** mencionados no caput do art. 46 desta Lei podem ser **objeto de conciliação direta entre o controlador e o titular dos dados**.

CASO **NÃO HAJA ACORDO**, O CONTROLADOR ESTARÁ **SUJEITO À APLICAÇÃO DAS PENALIDADES** DESCRITAS NESTE ARTIGO.

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

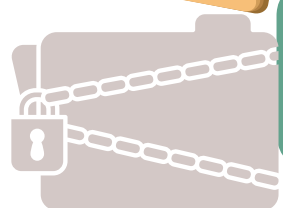
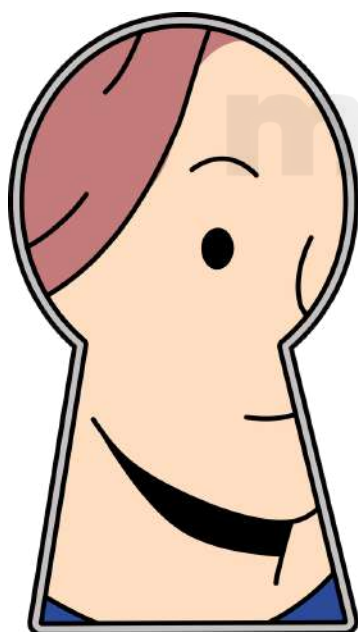
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar a segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto**, **secreto**, **reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

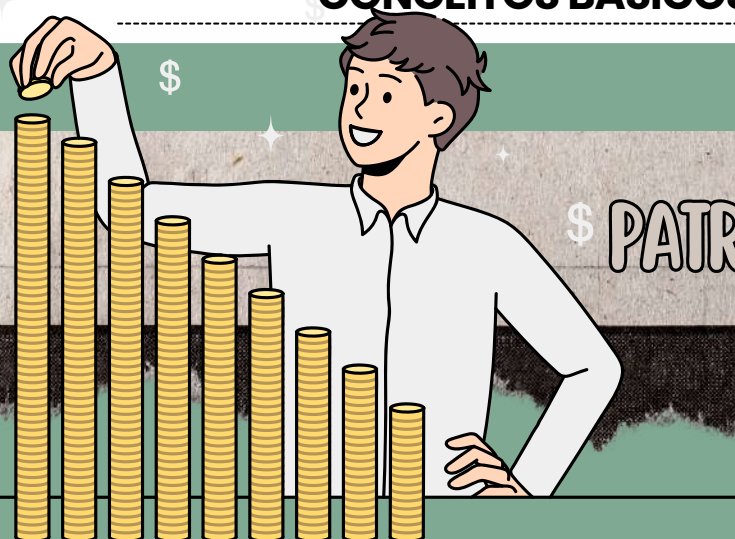
RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

DICA

CONCEITOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE IV



\$ PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é uma medida contábil que representa a situação líquida do patrimônio de uma entidade. Em outras palavras, é o valor restante dos ativos da empresa após a dedução de todos os passivos exigíveis.

- A FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO PL É SIMPLES: **BENS + DIREITOS – OBRIGAÇÕES**.

É importante notar que o PL é, estruturalmente, uma **sobra**. Isso significa que, **dos bens e direitos totais da empresa, são deduzidas as dívidas, o que resulta no valor do capital próprio da entidade**.

- É por isso que o Patrimônio Líquido é frequentemente referido como o **CAPITAL PRÓPRIO da empresa**.
- A teoria da entidade determina que o **patrimônio da empresa é composto pelo Capital Próprio mais o Passivo**.

ESQUEMA PARA MELHOR ENTENDIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS

Bens + Direitos

PASSIVOS

Obrigações

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital próprio



O PATRIMÔNIO TOTAL DE UMA EMPRESA É COMPOSTO POR **RECURSOS DE TERCEIROS (PASSIVO) E DOS PROPRIETÁRIOS (PL)**.

DICA

ESCRITURAÇÃO E LANÇAMENTOS CONTÁBEIS VI

RESOLUÇÕES

- Lançamentos com **mais de uma conta debitada ou creditada** serão identificados como "diversos".

- No entanto, é necessário **apresentar as contas sintetizadas como "diversos"** abaixo do lançamento inicial, com seus respectivos valores e na mesma natureza.

ILUSTRação GRÁFICA DA TEORIA CLAUDIANA

GRUPO DE CONTAS	NATUREZA DO SALDO	IDENTIFICAR	PARA OU QUANDO O SALDO DA CONTA		
			AUMENTA	DIMINUI	
ATIVO	DEVEDOR	BENS/DIREITOS	DEBITA	CREDITA	CONTAS PATRIMONIAIS
PASSIVO	CREDOR	OBRIGAÇÕES	CREDITA	DEBITA	
PAT. LÍQUIDO	CREDOR	RESÍDUO	CREDITA	DEBITA	
RECEITAS	CREDOR	GANHOS	CREDITA	DEBITA	CONTAS DE RESULTADO
DESPESAS	DEVEDOR	PERDAS	DEBITA	CREDITA	
REDUTORA DO ATIVO	CREDOR	AJUSTES	CREDITA	DEBITA	CONTAS REDUTORAS
REDUTORA DO PASSIVO/PL	DEVEDOR	AJUSTES	DEBITA	CREDITA	

HORA DA QUESTÃO

(CESPE/TÉCNICO CONTÁBIL/EBSERH/2018) Para registro dos fatos III e VI, os lançamentos contábeis serão como os apresentados a seguir.

Fato III

D – Aluguéis ativos – R\$ 2.000

C – Aluguéis a pagar – R\$ 2.000

Fato VI

D – Aluguéis a pagar – R\$ 2.000

C – Caixa/Bancos – R\$ 2.000

- O FATO III REFERE-SE À APROPRIAÇÃO DE UMA DESPESA, O QUE SIGNIFICA QUE **A EMPRESA ESTÁ REGISTRANDO UMA DESPESA E RECONHECENDO UMA OBRIGAÇÃO COM ALUGUEL A PAGAR.**

- NO ENTANTO, O REGISTRO FOI FEITO INCORRETAMENTE. O REGISTRO CORRETO SERIA **D - DESPESA COM ALUGUEL / ALUGUEL PASSIVO C - ALUGUEL A PAGAR - 2.000.**

DICA

CBS (CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS)

CBS: O QUE PRECISO SABER?



CONCEITO

A CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) é um tributo federal criado pela Emenda Constitucional nº 132/2023, **incidente sobre o consumo de bens e serviços**.

Integra o modelo de IVA Dual adotado no Brasil.

FINALIDADE

- ✓ simplificar a tributação federal sobre o consumo
- ✓ unificar tributos existentes
- ✓ reduzir cumulatividade
- ✓ aumentar transparência e eficiência

O QUE A CBS SUBSTITUI?

A CBS substitui:

- ✓ PIS
- ✓ COFINS

Unifica contribuições federais sobre consumo.



TRANSIÇÃO

- ✓ implementação gradual até 2033
- ✓ coexistência com o sistema atual durante a adaptação



Se a questão mencionar:

- substituição de PIS e COFINS
- tributação federal sobre consumo
- IVA dual

Está se referindo à CBS, prevista na **Emenda Constitucional nº 132/2023**.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

✓ NÃO CUMULATIVA

✓ incide apenas sobre o valor agregado

✓ permite crédito nas etapas anteriores

Evita o efeito cascata.

✓ BASE AMPLA

✓ incide sobre bens, serviços e direitos

Modelo moderno e mais abrangente.

✓ TRIBUTAÇÃO NO DESTINO

✓ imposto devido no local de consumo

✓ Competência federal

✓ administrada pela União

DICA

IBS E CBS SOBRE IMPORTAÇÕES

O QUE PRECISO SABER?

CONCEITO GERAL

Na sistemática da Emenda Constitucional nº 132/2023, o IBS e a CBS **também incidem sobre operações de importação de bens e serviços.**

📌 Objetivo: garantir isonomia tributária entre produtos nacionais e estrangeiros.



FATO GERADOR NA IMPORTAÇÃO

O fato gerador ocorre quando há:

- ✓ entrada de bens estrangeiros no país
- ✓ contratação de serviços do exterior
- ✓ aquisição de bens intangíveis ou digitais do exterior

📌 Ou seja, qualquer **consumo de bens ou serviços oriundos do exterior.**



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

✓ TRIBUTAÇÃO NO DESTINO

imposto devido no local de consumo no Brasil



📌 Mesmo sendo operação internacional, o foco é o consumo interno.

✓ NÃO CUMULATIVIDADE

possibilidade de aproveitamento de créditos

📌 evita tributação em cascata.

✓ BASE AMPLA

incide sobre bens físicos e digitais inclui serviços e direitos

✓ EQUIPARAÇÃO AO PRODUTO NACIONAL

tratamento tributário semelhante ao das operações internas



REGRA GERAL

👉 Importações são tributadas da mesma forma que operações internas.

- ✓ evita vantagem indevida ao produto importado
- ✓ protege a concorrência nacional



RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO

Em regra:

- ✓ o importador (quem adquire o bem ou serviço) é o contribuinte

DICA

DATA WAREHOUSE



O QUE PRECISO SABER?



O Data Warehouse (DW) é um repositório centralizado de dados, projetado para armazenar grandes volumes de informações históricas com o objetivo de análise e apoio à tomada de decisão.

📌 **Diferente dos bancos operacionais, ele é voltado para consulta e análise, não para transações do dia a dia.**



FINALIDADE

- ✓ consolidar dados de diferentes fontes
- ✓ permitir análise estratégica
- ✓ apoiar decisões gerenciais
- ✓ identificar padrões e tendências



CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

- ✓ **ORIENTADO A ASSUNTO**
 - Organizado por temas (ex: vendas, clientes, finanças).
- ✓ **INTEGRADO**
 - Reúne dados de diferentes sistemas.
- ✓ **NÃO VOLÁTIL**
 - Os dados não são alterados com frequência.
 - 📌 Predominam operações de leitura (consulta).
- ✓ **VARIÁVEL NO TEMPO (HISTÓRICO)**
 - Armazena dados ao longo do tempo.
 - 📌 Permite análises históricas.



PROCESSO DE ALIMENTAÇÃO

O DW é alimentado por processos como:

- 👉 ETL (Extract, Transform, Load)
- 👉 ELT (Extract, Load, Transform)
- 📌 Integra dados de diversas fontes.



ESTRUTURA (MODELAGEM)

Utiliza modelagem multidimensional, com:

- ◆ Tabela Fato
 - Contém dados quantitativos, como vendas e valores.
- ◆ Tabelas Dimensão
 - Descrevem os dados, como tempo, produto, cliente.



RELAÇÃO COM OLAP

O Data Warehouse é a base para ferramentas de análise como o OLAP.

- ✓ DW → armazena os dados
- ✓ OLAP → analisa os dados



ESQUEMAS COMUNS

- ✓ Estrela (Star Schema)
- ✓ Floco de neve (Snowflake)



DICA

BIG DATA



O QUE PRECISO SABER?

CONCEITO



Big Data refere-se ao grande volume de dados (estruturados e não estruturados) que são gerados em alta velocidade e que exigem novas tecnologias e métodos para armazenamento, processamento e análise.

✚ Não é apenas "muito dado", mas sim dados que não podem ser tratados por ferramentas tradicionais.



FINALIDADE

- ✓ analisar grandes volumes de dados
- ✓ identificar padrões e tendências
- ✓ apoiar decisões estratégicas
- ✓ gerar valor a partir dos dados



Se a questão mencionar:

- grande volume de dados
- alta velocidade de processamento
- diversidade de formatos

✚ Está descrevendo o conceito de Big Data, especialmente associado aos 5 Vs.



OS 5 VS DO BIG DATA

- 1 Volume:** Grande quantidade de dados
- 2 Velocidade:** Rapidez com que os dados são gerados e processados **encao**
- 3 Variedade**
Diferentes tipos de dados:
 - estruturados (tabelas)
 - semiestruturados (JSON, XML)
 - não estruturados (vídeos, textos, imagens)
- 4 Veracidade:** Qualidade e confiabilidade dos dados
- 5 Valor:** Capacidade de gerar insights úteis



TECNOLOGIAS ASSOCIADAS

- ✓ processamento distribuído
- ✓ armazenamento em larga escala
- ✓ computação em nuvem
- ✓ frameworks como Hadoop e Spark

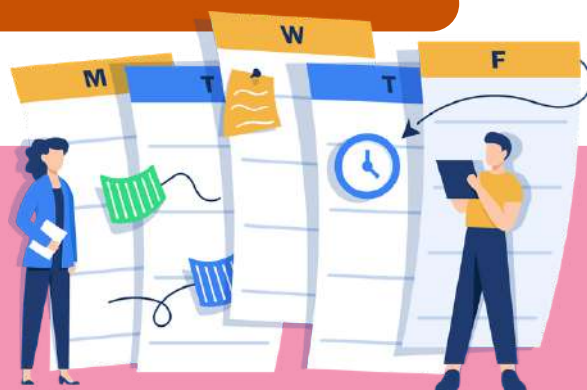


! Big Data ≠ apenas banco de dados grande
! Envolve volume + velocidade + variedade



DICA PLANEJAMENTO

DE AUDITORIA



O QUE PRECISAMOS SABER?

O planejamento de auditoria consiste na definição prévia de objetivos, escopo, critérios e procedimentos necessários à execução dos trabalhos de forma eficiente e sistemática.

DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS E ESCOPO DA AUDITORIA

É **regra** estabelecer objetivos claros e delimitar o escopo da auditoria, considerando áreas, períodos e processos a serem examinados. Constitui **condição específica** a identificação dos riscos relevantes e dos controles internos existentes. O planejamento deve ser formalizado antes do início dos trabalhos de campo.



É **regra** elaborar plano de auditoria contendo cronograma, recursos necessários e procedimentos a serem aplicados. Constitui condição específica a definição de testes, técnicas e evidências a serem coletadas durante a execução. Constitui **exceção** a alteração do plano apenas quando identificadas mudanças relevantes no risco ou no ambiente auditado.



ALOCACÃO DE RECURSOS E DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA

Devem ser designados auditores com competência técnica compatível com a complexidade dos trabalhos a serem realizados. É **regra** assegurar independência, objetividade e segregação de funções na composição da equipe. Constitui **condição específica** a adequação dos recursos humanos e materiais ao prazo estabelecido para execução.



O planejamento deve ser submetido à revisão e aprovação pela autoridade competente antes do início dos trabalhos. É **regra** ajustar o plano sempre que identificadas inconsistências ou alterações no contexto auditado. Constitui **exceção** a manutenção integral do planejamento apenas quando não houver mudanças nos riscos ou nas condições inicialmente avaliadas.





DICA SALDO

CREDOR DE CAIXA



O QUE PRECISAMOS SABER?

O saldo credor de caixa representa situação anômala em que o caixa apresenta valor negativo, indicando inconsistência nos registros financeiros.

CARACTERIZAÇÃO DO SALDO CREDOR DE CAIXA

É **regra** que a conta caixa apresente saldo devedor, correspondente à disponibilidade financeira existente. Constitui **condição específica** considerar saldo credor como indício de erro, omissão ou irregularidade nos registros. Tal situação não é admitida em condições normais de escrituração.



É **regra** identificar causas como omissão de receitas, registro indevido de despesas ou atrasos no reconhecimento de entradas. Constitui **condição específica** a análise de falhas nos controles internos e ausência de conciliações periódicas. Constitui **exceção** ajustes temporários apenas quando devidamente justificados e regularizados no curto prazo.



PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICÁVEIS

Devem ser realizados exames detalhados, como recomposição do caixa, análise documental e conciliações financeiras. É **regra** investigar a origem da inconsistência e quantificar seus impactos nos registros contábeis. Constitui **condição específica** a ampliação dos testes quando identificados indícios de fraude ou erro relevante.

O auditor deve propor ajustes contábeis e exigir a regularização imediata dos registros incorretos. É **regra** comunicar a ocorrência à administração e avaliar seus efeitos nas demonstrações contábeis. Constitui **exceção** a aceitação da situação apenas quando comprovada correção integral antes da conclusão da auditoria.





DICA

NBC TA

PREMISSAS E RESPONSABILIDADES NOS TRABALHOS DE ASSEGURAÇÃO

A Estrutura Conceitual da NBC TA define claramente **de quem é a responsabilidade em um trabalho de asseguração.**

As Três Partes Envolvidas (elemento essencial)

1 Auditor (profissional de asseguração)

Responsabilidades:

- Conduzir o trabalho conforme normas profissionais.
- Manter independência, objetividade e ceticismo profissional.
- Obter evidências suficientes e apropriadas.
- Emitir uma conclusão clara no relatório.
- Cumprir requisitos éticos.

⚠ **CAI MUITO: É DO AUDITOR A RESPONSABILIDADE PELA CONCLUSÃO.**

2 Parte Responsável

É quem presta as informações ou administra o objeto analisado.

Responsabilidades:

- Fornecer dados corretos, completos e consistentes.
- Manter controles internos adequados.
- Estabelecer critérios quando aplicável.
- Reconhecer a responsabilidade sobre o objeto.



⚠ **NÃO CONFUNDA: A PARTE RESPONSÁVEL NÃO É QUEM CONTRATA O AUDITOR — ISSO PODE SER OUTRO AGENTE.**

3 Usuários Previstos (Destinatários do Relatório)

São aqueles para quem o trabalho de asseguração é destinado.

Responsabilidades:

- Compreender as limitações do trabalho.
- Utilizar a conclusão de forma adequada.
- Não atribuir ao auditor funções que não são suas (ex.: gestão).

⚠ **PODE HAVER RELATÓRIO DIRECIONADO A USUÁRIO RESTRITO.**

A Estrutura Conceitual estabelece que somente é possível realizar asseguração se:

- 1 Os responsáveis reconhecem suas **obrigações** sobre o objeto.
- 2 Existem **critérios adequados, acessíveis e compreensíveis**.
- 3 O auditor tem **competência e independência**.
- 4 A entidade fornece **evidências e acesso suficiente**.
- 5 O objeto é **mensurável e avaliável** contra os critérios.
- 6 A **conclusão** pode ser **expressa de forma clara e útil**.

⚠ **SEM ESSAS PREMISSAS → O TRABALHO DEVE SER RECUSADO OU LIMITADO.**

- O auditor **não é responsável pelo objeto**, nem pelos **controles internos** relacionados.
- Ele **não garante ausência total de erros ou fraudes**.
- Sua **responsabilidade** é fornecer uma **conclusão baseada em evidências**, não gerir ou operar processos.

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso do **ISS Guarulhos – Auditor Fiscal VI!**

Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação**.

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA



Obstáculo é aquilo que
você vê quando tira os
olhos do seu **propósito**.

→ [Acesse nosso Instagram](#)